



G.2. ASS. LEG. CONTÁBIL



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens a seguir.

01. Na esfera da contabilidade pública, a omissão do registro da depreciação de bens imóveis se baseia na premissa de que esses ativos não experimentam uma diminuição de valor ao longo do tempo, sendo considerados como recursos estáveis e perenes que não são afetados por processos de depreciação patrimonial.
02. Na contabilidade pública, todos os ativos devem ser mensurados exclusivamente pelo seu valor de mercado, pois esse é o único método permitido pelas normas internacionais de contabilidade.
03. A receita pública é o conjunto de recursos financeiros obtidos pelo Estado para financiar suas atividades, podendo ser classificada como receitas correntes e receitas de capital.
04. Na contabilidade pública, o objeto de estudo são as receitas, despesas, patrimônio e resultados das entidades públicas, visando a transparência, controle e prestação de contas aos cidadãos e órgãos de controle.
05. A análise da rotação de estoques indica a eficiência da gestão de estoques da empresa, mostrando quantas vezes o estoque é renovado em um determinado período, auxiliando na identificação de possíveis gargalos ou excessos de estoque.
06. Considerando a contabilidade de uma Câmara de Vereadores, provisões só podem ser constituídas para eventos futuros e incertos, como possíveis multas ambientais.
07. Na trajetória da receita pública, o estágio do lançamento representa o instante no qual a receita é formalmente registrada e reconhecida pelo ente governamental como arrecadada, evidenciando a consolidação do direito de recebimento e o embasamento para os registros contábeis que refletem a entrada efetiva de recursos nos cofres públicos, sublinhando, assim, a importância desse processo na gestão e controle das finanças públicas.
08. A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece normas gerais de direito financeiro aplicáveis à elaboração e ao controle dos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, visando a garantir a transparência, a eficiência e a legalidade na gestão dos recursos públicos.
09. O Regime Contábil adotado na contabilidade pública não influencia a forma como são elaborados os relatórios contábeis e demonstrações financeiras, sendo apenas uma questão técnica sem impacto na transparência e na gestão dos recursos públicos.
10. Os balanços da União, Estados e Municípios têm baixa relevância para o controle e a transparência das finanças públicas, pois esses demonstrativos contábeis são incompatíveis com o processo de accountability e de prestação de contas por parte dos gestores públicos.
11. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os entes governamentais são dispensados de apresentar as demonstrações contábeis obrigatórias, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
12. O método de escrituração por partidas dobradas é o mais utilizado na contabilidade e se baseia no princípio de que, para cada débito realizado em uma conta, deve haver um crédito correspondente em outra conta. Esse método garante o equilíbrio patrimonial e a acuracidade das informações contábeis.
13. A Lei 4.320/64 não estabelece critérios para a elaboração e o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo exclusivamente focada em aspectos contábeis e de controle.
14. A Demonstração das Variações Patrimoniais é um dos instrumentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público que evidencia as alterações ocorridas no patrimônio público durante determinado período, auxiliando na compreensão dos resultados da gestão.

15. Sob a ótica do enfoque patrimonial das despesas públicas, a contabilização se restringe estritamente ao momento da saída efetiva de recursos financeiros, sem considerar o período em que as obrigações correspondentes foram originalmente geradas, o que gera, por si, os mecanismo que evitam distorções na representação da situação econômica e financeira das entidades governamentais. Essa abordagem assegura a acurácia e a completude dos registros contábeis.
16. Na contabilidade, o débito representa a entrada de recursos na empresa, enquanto o crédito indica a saída de recursos. As contas de despesas são comumente debitadas, e as contas de receitas são creditadas.
17. Na contabilidade pública, a mensuração de todos os passivos se dá mediante a utilização do valor nominal, sem a devida consideração de ajustes a valor presente, desconsiderando assim a necessidade de incorporar as nuances temporais e financeiras que possam impactar de forma relevante a avaliação correta dessas obrigações.
18. Segundo o Regimento Interno, a Mesa Diretora da Câmara de Verdejante não possui competência para fiscalizar a execução do orçamento municipal, limitando-se apenas às questões administrativas internas da Casa Legislativa.
19. Sob o enfoque patrimonial, todas as receitas públicas são reconhecidas apenas quando há ingresso de recursos financeiros, independentemente da competência do exercício.
20. Na contabilidade pública, a reavaliação de ativos é um procedimento anual que visa a crescer o valor registrado dos ativos. Por exemplo, se um prédio do governo passa por uma reavaliação onde é determinado que seu valor de mercado aumentou, o valor contábil desse ativo será ajustado para refletir essa valorização.
21. A Lei 4.320/64 não prevê a obrigatoriedade de divulgação de relatórios fiscais e orçamentários pelos entes públicos, podendo os gestores optar pela não transparência na prestação de contas à sociedade.
22. As provisões devem ser reconhecidas quando há uma obrigação presente resultante de eventos passados, onde é provável que seja necessário um desembolso de recursos para liquidar a obrigação.
23. No âmbito das finanças públicas, as despesas são conceituadas estritamente como os dispêndios efetuados na aquisição de bens tangíveis, excluindo-se os gastos relativos à contratação de serviços, delineando assim uma distinção clara entre os elementos patrimoniais adquiridos e as atividades intangíveis ou imateriais prestadas em benefício da entidade pública.
24. A Lei Federal nº 4.320/64 não estabelece diretrizes para a prestação de contas dos gestores públicos, permitindo que eles ajam de forma arbitrária na gestão dos recursos financeiros sem a devida transparência e responsabilização perante a sociedade.
25. Os balanços da União, Estados e Municípios são elaborados com base em normas contábeis internacionais, o que garante a comparabilidade e a consistência das informações contábeis. Portanto, afirmar que os balanços não seguem normas contábeis adequadas é incorreto, pois a observância dessas normas é essencial para a credibilidade das informações apresentadas.
26. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante não prevê a realização de audiências públicas como parte do processo legislativo, dificultando a participação da sociedade civil na elaboração e discussão de políticas públicas locais.
27. Os bens públicos são classificados em bens de uso comum (como praças e ruas), bens de uso especial (como prédios públicos) e bens dominicais (bens passíveis de alienação), sendo essenciais para o funcionamento e prestação de serviços à população.
28. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante não estabelece regras claras para a tramitação de emendas parlamentares aos projetos de lei, o que poderia gerar conflitos e insegurança jurídica no processo legislativo municipal, caso não houvesse a previsão regimental para a criação de resolução da Mesa Diretora dispendo sobre o tema.
29. O Regime Contábil adotado na contabilidade pública deve ser o Regime de Competência, no qual as receitas e despesas são reconhecidas no momento em que são efetivamente realizadas, independentemente do momento do fluxo de caixa.
30. Na administração pública, os ativos imobilizados adquiridos por doação devem ser registrados pelo valor simbólico de um real, independentemente do valor justo do bem recebido.
31. A contabilidade pública registra e analisa o patrimônio das entidades governamentais para fornecer informações precisas sobre a gestão dos recursos públicos, abrangendo todas as esferas e tipos de instituições públicas, sendo essencial para a tomada de decisões e a prestação de contas.
32. É facultado a uma entidade pública a efetivação de dispêndios desprovidos da devida justificação de sua pertinência e conformidade legal, desde que tais despesas sejam qualificadas como de montante reduzido e de natureza não substancial em relação ao orçamento vigente, estabelecendo, assim, uma exceção condicional que demanda uma avaliação cautelosa quanto à sua conformidade com os princípios de boa governança e responsabilidade fiscal.
33. A amortização de ativos intangíveis na contabilidade pública só é aplicada para ativos intangíveis adquiridos, não se aplicando aos desenvolvidos internamente pela entidade pública.
34. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante estabelece a composição e as atribuições das comissões permanentes e temporárias da Casa Legislativa, determinando a forma como são constituídas, os prazos de funcionamento e os procedimentos para emissão de pareceres técnicos.

35. A amortização representa um intrincado processo contábil que envolve a distribuição gradual e metódica dos custos relacionados a ativos intangíveis, como patentes e softwares, ao longo do período estimado de vida útil desses ativos. Essa prática visa a capturar de maneira precisa a diminuição do valor econômico desses recursos ao longo do tempo, refletindo a depreciação gradual de seu valor.
36. As variações patrimoniais qualitativas no setor público referem-se às mudanças na composição do patrimônio público, sem impactar diretamente o valor total do patrimônio. Um exemplo é a troca de um ativo de menor liquidez por outro de maior liquidez.
37. Os ativos imobilizados na contabilidade pública não sofrem depreciação, uma vez que são considerados bens de uso contínuo e permanente da administração pública.
38. Os passivos contingentes, por sua natureza incerta, não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado do exercício até que sejam confirmados como passivos efetivos.
39. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público não estabelece critérios para a contabilização de receitas e despesas públicas, permitindo que os entes governamentais adotem práticas contábeis arbitrárias e não padronizadas.
40. Tendo como referência a contabilidade pública, os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma definitiva e não sujeitos a alterações.
41. Em se tratando de contabilidade pública, as despesas empenhadas e não pagas devem ser registradas como restos a pagar, evidenciando os compromissos assumidos e não honrados no exercício financeiro.
42. No contexto de qualquer município brasileiro, em se tratando de contabilidade pública, provisões devem ser sempre reconhecidas pelo valor exato da saída de recursos prevista, sem necessidade de estimativas.
43. A execução orçamentária e financeira não precisa seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência estabelecidos na Constituição Federal, uma vez que esses princípios não se aplicam ao setor público.
44. O patrimônio líquido representa a diferença entre os bens e direitos de uma entidade e suas obrigações, sendo um indicador da saúde financeira e da capacidade de pagamento da empresa.
45. No contexto da contabilidade pública, a presença de uma ação judicial em curso contra a entidade, cujo desfecho ainda não foi definido de maneira conclusiva por meio de uma decisão judicial, constitui um exemplo emblemático de passivo contingente.
46. Ao contrário das despesas, as receitas públicas não se sujeitam à classificação dicotômica entre receitas correntes e receitas de capital, rompendo com a tradicional distinção entre essas categorias de ingressos financeiros, o que demanda uma abordagem diferenciada e mais abrangente na análise e tratamento das fontes de recursos que alimentam o erário público.
47. Os bens tangíveis, como máquinas, equipamentos e imóveis, fazem parte do patrimônio de uma empresa, enquanto os direitos representam valores a receber, como vendas a prazo. Já as obrigações são as dívidas e compromissos que a empresa possui, como empréstimos e salários a pagar.
48. As variações patrimoniais quantitativas no setor público representam alterações que afetam o valor total do patrimônio, como o recebimento de um ativo ou a assunção de um passivo.
49. Com relação ao patrimônio de uma Câmara de Vereadores, a depreciação se aplica a bens tangíveis, como máquinas e equipamentos, e representa a perda de valor desses bens ao longo do tempo, devido ao uso e desgaste.
50. Na contabilidade pública, a consideração dos passivos contingentes para registro no balanço patrimonial requer a adoção de uma abordagem que preconiza a mensuração dessas obrigações pelo valor máximo estimado, desconsiderando, porém, a complexidade inerente à natureza incerta e variável desses compromissos que, muitas vezes, demandam avaliações prudentes e criteriosas para uma representação fiel do verdadeiro impacto financeiro potencial decorrente dessas contingências.
51. A apresentação das demonstrações financeiras deve aderir rigorosamente às normas e princípios contábeis estabelecidos, priorizando a clareza, a fidedignidade, a comparabilidade e a relevância das informações contidas, com o propósito de assegurar a transparência e a confiabilidade dos dados comunicados aos diversos stakeholders envolvidos, contribuindo assim para uma análise precisa e informada da situação financeira e do desempenho da entidade.
52. Os índices de liquidez, como o índice de liquidez corrente, ajudam a avaliar a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, comparando os ativos circulantes com os passivos circulantes.
53. O controle interno e externo da execução orçamentária e financeira não são necessários para assegurar a regularidade e a legalidade dos atos praticados, podendo ser dispensados sem prejuízo para a gestão pública.
54. Os ativos intangíveis na contabilidade pública não são reconhecidos no balanço patrimonial, pois não possuem existência física e, portanto, não têm valor econômico mensurável.
55. Dentro do escopo da administração contábil de uma municipalidade específica, o conceito de "Exaustão" é empregado para descrever o processo de depreciação de ativos móveis, tais como veículos e equipamentos de escritório, refletindo a redução gradual do valor atribuído a esses ativos devido ao seu uso, desgaste ou obsolescência ao longo do tempo.
56. Os estágios da despesa pública compreendem a fixação orçamentária, a autorização, o empenho, a liquidação e o pagamento, cada um desempenhando um papel crítico no controle e execução do orçamento público.
57. O Balanço Patrimonial da União apresenta os ativos, passivos e o patrimônio líquido do governo federal, permitindo uma visão clara da sua situação financeira.

58. A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade responsável pela gestão dos recursos financeiros e patrimoniais das entidades governamentais, incluindo órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos.
59. Na esfera das despesas públicas, a liquidação representa a fase crítica em que se formaliza o comprometimento dos recursos para uma despesa específica, marcando o momento de consolidação da obrigação de pagamento e a criação dos registros contábeis correspondentes ao empenho orçamentário, destacando sua relevância no controle e na gestão dos recursos públicos.
60. O levantamento de balancetes periódicos consiste na elaboração de demonstrativos contábeis intermediários que apresentam o saldo das contas em determinado período, auxiliando na verificação da situação financeira da empresa em intervalos menores que o balanço anual.
61. As demonstrações financeiras, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração do Fluxo de Caixa são obrigatórias para todas as empresas, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, sendo essenciais para avaliar a situação econômico-financeira da empresa.
62. A despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo Estado para a manutenção de serviços públicos e para a realização de investimentos, podendo ser classificada como despesa corrente e despesa de capital.
63. As contas correntes são utilizadas para registrar transações de mesma natureza que se repetem ao longo do tempo, facilitando o controle e a análise dos saldos. Por exemplo, uma conta corrente de fornecedores registra as compras feitas a prazo.
64. O patrimônio público representa a soma dos bens tangíveis e intangíveis, direitos de natureza financeira e obrigações que pertencem às entidades governamentais, abrangendo uma variedade de ativos, como imóveis estruturais e terrenos, a frota de veículos, além dos créditos pendentes a serem recebidos e das obrigações financeiras a serem saldadas, refletindo, assim, a complexidade e a diversidade dos elementos que compõem o acervo patrimonial do setor público.
65. Durante a execução orçamentária e financeira, é obrigatório o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA), garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.
66. As despesas públicas podem ser utilizadas indiscriminadamente para financiar atividades de interesse pessoal dos gestores públicos, independentemente de estarem alinhadas com os objetivos e prioridades estabelecidos no planejamento governamental.
67. Os estágios da receita pública incluem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento, sendo que cada um desses estágios é fundamental para a gestão eficiente dos recursos públicos.
68. Os livros obrigatórios de escrituração contábil incluem o Livro Diário, que registra todas as operações da empresa em ordem cronológica; e o Livro Razão, que detalha as movimentações de cada conta em forma analítica.
69. O conteúdo das demonstrações financeiras inclui informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, lucros e prejuízos, permitindo aos usuários externos e internos compreender a performance e a saúde financeira da empresa.
70. O índice de endividamento mostra a proporção de recursos de terceiros utilizados pela empresa em relação aos recursos próprios, permitindo avaliar o nível de endividamento e a capacidade de arcar com as dívidas.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. No Windows XP, ao esvaziar a lixeira, todos os arquivos são permanentemente apagados do disco rígido, tornando-os inacessíveis. Ao clicar com o botão direito do mouse em um arquivo na lixeira, você pode optar por "Esvaziar lixeira", que faz com que todos os arquivos que estão na lixeira sejam apagados do disco rígido, ou HD, e você não terá mais acesso a esses arquivos. No Windows XP não é possível recuperar os arquivos enviados para a lixeira, já que a exclusão permanente dos arquivos na máquina só é feita manualmente pelo usuário.
72. A intranet permite realizar muitas das mesmas funções da internet, como enviar e-mails, compartilhar vídeos, arquivos, realizar chamadas, entre outras atividades. No entanto, essas funcionalidades estão limitadas aos computadores que fazem parte da intranet específica da empresa, não sendo acessíveis externamente.
73. Todas as palavras paroxítonas em português recebem acentuação gráfica, independentemente de sua terminação. Por exemplo, palavras como "mês" e "caminho" devem ser acentuadas, assim como "fácil" e "órgão". Essa regra é aplicada para garantir que a pronúncia correta das palavras paroxítonas seja mantida em todas as situações de escrita.
74. O Windows XP é reconhecido por sua estabilidade e eficiência, melhoradas em relação às versões anteriores do Microsoft Windows da série 9x. Entre suas características, inclui a marca d'água gráfica nos ícones das pastas para indicar o tipo de informação nelas contida. Além disso, destaca-se pela fixação automática no menu Iniciar dos programas mais recentes e frequentemente utilizados. O botão "Iniciar" é o elemento central da Barra de Tarefas, permitindo acesso rápido ao menu Iniciar, que exibe uma lista vertical de opções, algumas das quais possuem setas indicando menus secundários com mais opções disponíveis.
75. ROM é a abreviação de Read Only Memory. Esses termos traduzidos significam memória somente de leitura e se referem a um tipo de memória onde ficam registradas as informações inseridas pelo fabricante. Esses dados não podem ser apagados ou alterados pelos usuários, pois a memória ROM não possibilita a escrita. Ela armazena as informações para que o computador consiga inicializar e carregar o sistema operacional.

76. As palavras parônimas, como "ratificar" (confirmar) e "retificar" (corrigir), são facilmente diferenciadas na escrita devido à variação na grafia. A presença de letras distintas em suas formas escritas deixa de lado qualquer possibilidade de confusão, permitindo que leitores identifiquem corretamente o significado pretendido pelo contexto, independentemente da similaridade fonética que possa existir na comunicação oral.
77. As funções lógicas atuam como operadores lógicos ao realizar comparações entre valores na planilha. Essas funções são essencialmente perguntas que esperam uma das duas respostas possíveis: verdadeiro ou falso. Elas utilizam comparadores lógicos, ou condições, para realizar essas perguntas. A função CE é um exemplo de teste lógico. Ela possui três argumentos: a condição a ser testada, o valor a ser retornado se a condição for verdadeira e o valor a ser retornado se a condição for falsa. Podemos usar a função CE para determinar a situação de um aluno, onde fazemos uma pergunta lógica ao programa e especificamos quais textos devem ser exibidos na tela com base na resposta obtida.
78. O uso do hífen em português é regido por regras específicas que incluem a combinação de prefixos e sufixos. Por exemplo, usa-se o hífen em compostos como "bem-estar" e "guarda-chuva", mas não se usa em "autodidata" e "infraestrutura". Essas regras visam padronizar a escrita e evitar ambiguidades na junção de palavras.
79. A leitura e a interpretação de textos argumentativos exigem a identificação da tese central, dos argumentos de suporte e das estratégias retóricas utilizadas pelo autor. Além disso, o leitor deve ser capaz de reconhecer contra-argumentos e avaliar a eficácia das evidências apresentadas. Por exemplo, ao analisar um ensaio sobre mudanças climáticas, é crucial identificar os dados científicos, as fontes citadas e a lógica dos argumentos apresentados.
80. Os HDs são dispositivos de armazenamento não volátil que utilizam pratos giratórios rápidos com superfícies magnéticas para armazenar dados digitais. Eles são unidades de disco adequadas para armazenar quantidades menores de informações. Já os SSDs são também unidades de disco que se destacam na computação moderna devido à sua capacidade de melhorar significativamente o desempenho de um computador. Embora mais caros que os discos rígidos convencionais, os SSDs são mais confiáveis, rápidos e menos suscetíveis a danos físicos.
81. A leitura e interpretação de textos técnicos e científicos é simples e direta, pois tais textos apresentam informações objetivas e claras, sem necessidade de análise crítica. O leitor não precisa considerar a validade das fontes ou a metodologia utilizada pelos autores, bastando compreender os dados apresentados literalmente.
82. A morfologia da língua portuguesa abrange a análise de flexões verbais, que envolvem mudanças na forma das palavras para indicar tempo, modo, número e pessoa. Por exemplo, o verbo "cantar" se flexiona em "canto" (presente, primeira pessoa do singular), "cantarei" (futuro, primeira pessoa do singular), e "cantávamos" (pretérito imperfeito, primeira pessoa do plural). Essas flexões são essenciais para expressar variações de ação e tempo no discurso.
83. Existem planilhas que contêm dados sigilosos e que devem ser visualizadas apenas por pessoas autorizadas. Para isso, o Calc permite adicionar uma senha de acesso a uma folha, limitando sua visualização. Para configurar essa proteção, clique com o botão direito na folha desejada e selecione a opção 'proteger planilha'. Além disso, na seção OPÇÕES, é possível especificar as ações permitidas aos usuários que não possuem a senha de acesso.
84. O Acordo Ortográfico de 2009 determinou mudanças significativas na escrita do português, como a eliminação do trema em palavras como "freqüente" (que passou a "frequente") e a simplificação na utilização do hífen, como em "autoescola" e "antissocial". Essas alterações buscam unificar a ortografia nos países de língua portuguesa.
85. As regras de acentuação gráfica no português são essenciais para a correta pronúncia e compreensão das palavras. Por exemplo, os ditongos abertos "éi", "éu" e "ói" em palavras oxítonas são sempre acentuados, como em "papéis", "céu" e "herói". Além disso, as vogais "i" e "u" tônicas em hiatos são acentuadas quando formam sílabas sozinhas ou com 's', como em "baía" e "juízes". A correta aplicação dessas regras evita ambiguidade na leitura e escrita.
86. A sintaxe do português permite a omissão do sujeito em todas as orações, independentemente do contexto, uma vez que o verbo sempre carrega todas as informações necessárias para a compreensão da frase. Assim, frases como "Foi ao mercado" e "Comprei um livro" são sempre consideradas gramaticalmente corretas, sem necessidade de um sujeito explícito.
87. As palavras que contêm ditongos crescentes, como "ia" e "ie", não recebem acento gráfico em nenhuma situação, independentemente de sua posição na palavra. Exemplos como "família", "serie" e "julia" são sempre escritos sem acento, pois os ditongos crescentes não influenciam a acentuação.
88. A intranet funciona como uma versão mais limitada da internet, mantendo a lógica de conectar usuários e dispositivos como computadores, mas restrita a um espaço físico específico. Em uma empresa, por exemplo, os funcionários podem se comunicar, compartilhar informações entre os computadores e acessar dados corporativos apenas quando estão utilizando um computador dentro da rede corporativa. O acesso fora desse ambiente não é possível. Dentro da empresa, o acesso à intranet requer registro e autorização com login e senha para cada usuário.
89. RAM, ou Random Access Memory, é um componente essencial nos computadores que armazena temporariamente os dados dos programas e aplicativos em uso pelos usuários. É considerada a memória de curto prazo de um computador. Se um sistema possui menos RAM do que o necessário, pode apresentar lentidão ou até mesmo travamentos quando múltiplos programas estão em execução. Portanto, quanto maior a quantidade de memória RAM em um dispositivo, combinada com uma capacidade de processamento adequada, mais eficientemente ele pode executar tarefas, videogames e outras demandas.

90. Na sintaxe do português, a ordem das palavras é rígida e inflexível, não permitindo variações semânticas significativas. Por exemplo, a estrutura sujeito-verbo-objeto deve ser sempre mantida para evitar ambiguidades, como em "João comeu a maçã". Qualquer mudança nessa ordem resultaria em uma frase sem sentido ou gramaticalmente incorreta.
91. As palavras paroxítonas terminadas em "a", "e", "o", "em" e "ens" não são acentuadas. Em contraste, palavras paroxítonas terminadas em "l", "r", "x", "n", "ps", "i(s)", "u(s)", "ã(s)", "ão(s)", "um(uns)" e "us" são acentuadas. Por exemplo, palavras como "cadeira", "horizonte" e "tijolo" não recebem acento gráfico, enquanto "fácil", "táxi" e "própolis" são acentuadas devido às suas terminações específicas.
92. A interpretação de textos poéticos não requer análise do ritmo, da métrica ou das figuras de linguagem utilizadas pelo autor, bastando apenas compreender o significado literal das palavras. A análise poética é uma tarefa simples e objetiva, que não envolve a apreciação estética ou a compreensão do simbolismo presente no poema.
93. O sistema operacional é uma camada de software que funciona entre o hardware e os programas aplicativos destinados ao usuário final. Ele é uma estrutura de software abrangente, que inclui tanto aspectos de baixo nível (como drivers de dispositivos e gerenciamento de memória física) quanto de alto nível (como programas utilitários e a interface gráfica). Um computador com um sistema operacional instalado pode restringir o acesso ao seu conteúdo dependendo do usuário. O sistema operacional permite estabelecer permissões para diferentes usuários. Existem dois tipos de contas que podem ser criadas em um sistema operacional: a conta de Administrador e a conta limitada. No Windows XP Profissional essas opções de conta (administrador e conta limitada) são chamadas de conta privada e conta restrita.
94. O botão "Iniciar" é o componente central da Barra de tarefas. Ao clicar nele, você abre o menu Iniciar, que oferece acesso a vários outros menus para abrir programas do Windows. Esse menu é exibido verticalmente e apresenta diversas opções. Alguns itens do menu possuem uma seta para a direita, indicando a presença de um submenu com mais opções. Ao posicionar o cursor sobre um item com seta, um menu adicional é exibido. No Windows XP, o botão Iniciar é a forma mais complexa de iniciar programas instalados no computador, ajustar configurações, localizar arquivos ou abrir documentos, pela sua interface inercial.
95. A Barra de tarefas é um aplicativo usado na área de trabalho do gerenciador de janelas para iniciar e monitorar aplicações. Ela pode ser personalizada conforme as necessidades do usuário. Embora, por definição, esteja localizada na parte inferior do ambiente de trabalho, pode ser arrastada para qualquer lado da tela, e fixada nessa posição.
96. Para as funções do Calc, basta utilizar o símbolo matemático ":" (dois pontos) e o nome da função. Cada função pode ou não ter alguns parâmetros de entrada, que são os dados a serem utilizados pela fórmula, como por exemplo: em uma fórmula SOMA, os parâmetros de entrada são os valores a serem somados. Outro modo de se utilizar funções é por meio do assistente de funções. Ele pode ser acessado pela barra de funções.
97. A leitura crítica e a interpretação de textos literários exigem uma análise que vai além do significado literal das palavras. O leitor deve considerar o contexto histórico, social e cultural da obra, identificar figuras de linguagem, simbolismos e temas subjacentes, e entender as intenções do autor. Por exemplo, em "Dom Casmurro" de Machado de Assis, a interpretação do relacionamento entre Bentinho e Capitu requer uma análise detalhada do contexto psicológico e das nuances narrativas.
98. Os hardwares são fundamentais para construir os computadores, e compreendê-los é essencial para realizar trabalhos administrativos básicos. Existem cinco tipos de hardware: os de saída, que servem para revelar os resultados das tarefas realizadas pelos usuários, como alto-falantes e impressoras; os de entrada, que permitem ao usuário inserir informações no computador ou interagir com a máquina, como um scanner; os dispositivos de armazenamento, que são componentes usados para armazenar os dados registrados na máquina, como o disco rígido; os internos, que são as peças internas da máquina, como a placa-mãe e o processador; e o hardware de rede, que engloba a placa de rede e a placa de bluetooth.
99. A morfologia do português é complexa e inclui a análise de afixos derivacionais e flexionais. Por exemplo, a derivação por sufixação pode alterar o sentido de uma palavra base, como em "amigo" e "amizade". Além disso, a flexão nominal inclui irregularidades como o plural de "cão" (cães). A concordância nominal deve levar em conta o gênero e número, como em "os alunos inteligentes" e "as alunas inteligentes".
100. Os hardwares internos são os elementos responsáveis pelo funcionamento e desempenho das máquinas. Muitos usuários usam o termo CPU para se referir aos processadores, mas tecnicamente essa expressão não está correta, pois o termo se aplica a qualquer tipo de chip que possa processar informações, e há outros componentes no computador com essa capacidade. A placa-mãe é responsável por fornecer a voltagem necessária aos componentes conectados, sendo ligada a dois cabos elétricos. Esse hardware também regula outras voltagens destinadas às diversas partes do computador.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO